

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 623.909 - PB (2014/0311623-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**  
**AGRAVADO : MARIA FELISMINA DE SOUSA**  
**AGRAVADO : NOELZA DE LIMA BRAGA SILVA**  
**AGRAVADO : MAELSON DE LUCENA ALVES**  
**AGRAVADO : PAULO SÉRGIO NAVARRO CRUZ**  
**AGRAVADO : MARIA EVARISTO DE LIMA**  
**AGRAVADO : AILTON ANTÔNIO DA SILVA**  
**AGRAVADO : ANTÔNIO VIEIRA CARTAXO**  
**AGRAVADO : ANA MARIA DE SOUZA FERRAZ**  
**AGRAVADO : DARISMAR AFONSO QUERINO ALVES**  
**AGRAVADO : MANOEL PEREIRA DE MOURA**  
**AGRAVADO : JOSÉ LOPES DE SOUZA**  
**AGRAVADO : LINDARLEYDE MARIA PIRES LIRA DE VASCONCELOS**  
**AGRAVADO : MARIA LIDUÍNA PIRES DE DEUS**  
**AGRAVADO : MARIA SALETE DA SILVA OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : MARIA DA PENHA DA SILVA**  
**AGRAVADO : JOSÉ DOS SANTOS SILVA**  
**AGRAVADO : MARIA ELIANE GOMES DA SILVA**  
**AGRAVADO : ROSA VIRGINIA DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : MARIA DAS MERCES BATISTA DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : JOSÉ BARBOSA DA SILVA**  
**AGRAVADO : HERCILIO BARRETO GABI**  
**AGRAVADO : ANGÉLICA MARIA DE VASCONCELOS AZEVEDO**  
**AGRAVADO : MANOEL DIAS**  
**AGRAVADO : WELLINGTON BARBOSA FERNANDES**  
**AGRAVADO : GERCINA FERREIRA DE LIMA**  
**AGRAVADO : JOSÉ ELIAS DA CUNHA METRI**  
**AGRAVADO : EVA MARIA DE OLIVEIRA SILVA**  
**AGRAVADO : ADEILDO VIEIRA DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : FRANCISCO DE ASSIS VASCONCELOS NETO**  
**ADVOGADO : MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA E OUTRO(S) -**  
**PB003994**  
**INTERES. : UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Universidade Federal da Paraíba – UFPB contra decisão que não admitiu o recurso especial com fundamento nos óbices das Súmulas 7 do STJ e 284 do STF.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à

análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.643):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDENTES SOBRE VALORES CONFERIDOS AOS EXEQUENTES NA VIA ADMINISTRATIVA. EXCLUSÃO DO QUANTUM DEBEATUR. IMPOSSIBILIDADE. APELO DOS EMBARGADOS PROVIDO. APELO DA UFPB IMPROVIDO PRECEDENTES COLACIONADOS.

1. Trata-se de apelações interpostas contra julgado prolatado pelo MM. Juízo da 3ª Vara Federal/ PB que, nos autos dos embargos à execução manejados pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, julgou parcialmente procedentes os embargos, homologando os valores formulados pela Contadoria do Foro a serem conferidos aos servidores ora embargados, a título de parcelas atrasadas do índice de 28,86%.

2. Apela os embargados suscitando: a ocorrência de sucumbência mínima sofrida pelos exequentes, uma vez que sua pretensão executória restou rejeitada apenas no que concerne à determinação do julgado ora vergastado de exclusão, da base de cálculo da verba honorária, dos valores recebidos na esfera administrativa;

a necessidade de reforma da sentença no ponto em que excluiu o pagamento de honorários ,advocatícios sobre as parcelas recebidas pelos promoventes na esfera administrativa.

3. A UFPB, por seu turno, maneja seu apelo alegando que inocorreu qualquer ato ensejador da interrupção do transcurso do lustro prescricional, pugnando pela reforma in totum do julgado do juízo monocrático.

4. No que concerne à matéria relativa à prescrição, entendo que tal questionamento restou superado através das razões de decidir da MM. Magistrada sentenciante, quando aduziu, às fls. 1.354-v e 1.355: "(...) Não ocorreu a prescrição executória; em razão da prescrição em sede de execução contra a Fazenda Pública ser quinquenal, ,contando-se o marco inicial a partir do trânsito em julgado da decisão prolatada na fase de conhecimento, o qual se deu em 20 de março de 2003. Ao passo que, os advogados dos embargados requereram em 08 de janeiro de - 2007 a intimação da UFPB para pagamento da verba honorária, não decorrendo, portanto, o prazo de cinco anos para início da execução."

5. Os termos do acordo firmado pelas partes a elas se restringem, não cabendo a transação em relação aos honorários advocatícios, tendo em vista que estes pertencem ao patrono vencedor, da causa, não podendo ser aplicado ao advogado, que não participou da transação. A versa honorária é devida pela sucumbência e pertence ao advogado, como direito autônomo seu. Inteligência dos arts. 23 e 24, § 3º, ambos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil' (Lei nº 8.906/94).

6. Honorários advocatícios a serem suportados pela UFPB, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em face da sucumbência mínima sofrida pelos exequentes-, (art. 21, parágrafo único, do CPC).

# *Superior Tribunal de Justiça*

7. Apelos da UFBB improvido. Apelo dos embargados provido.

Os embargos de declaração opostos pelos particulares foram parcialmente providos e os aclaratórios opostos pela UFPB improvidos (e-STJ, fls. 1.675-1.680).

A recorrente alega a existência de violação do art. 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem não enfrentou os arts. 1º do Decreto n. 20.910/1932; 202 e 204 do Código Civil; e 219 do Código de Processo Civil/1973.

Sustenta que a pretensão dos recorridos encontra-se prescrita, pois ajuizada após os cinco anos do trânsito em julgado.

Afirma que não ocorreu qualquer causa interruptiva da prescrição com fundamento nos arts. 202 do Código Civil e 219 do Código de Processo Civil/1973.

Aduz malferimento do art. 22 da Lei n. 8.906/2004, porquanto os recorridos não informaram aos seus advogados sobre a intenção de celebrar acordo sobre a matéria, desse modo, não agiram com lealdade, cabendo a eles arcar com os honorários de seu advogado.

É o relatório.

Inicialmente, o provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 535, inc. II, do CPC/1973 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

Com efeito, a recorrente limitou-se a indicar a necessidade de abordagem de alguns pontos pela Corte de origem, sem especificá-los, nem justificar, nas razões do apelo, a importância do enfrentamento do tema para a correta solução do litígio.

A suscitada violação do art. 535 do Código de Processo Civil foi deduzida de modo genérico, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

A esse respeito, destaco os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE

AValiação DE DESEMPENHO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF.

1. Inviável o apelo especial quanto à alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se as razões expendidas no recurso forem genéricas, constituindo simples remissão aos embargos de declaração opostos na origem, sem particularizar os pontos em que o acórdão teria sido omissos, contraditórios ou obscuros. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O recurso esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, uma vez que a recorrente não impugnou os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem ao considerar o caráter genérico da vantagem pleiteada por não ter sido realizada avaliação de desempenho dos servidores da ativa.

3. Ainda que superado o referido óbice, o julgado reconheceu o direito dos autores baseado na necessidade de tratamento paritário entre ativos e inativos, garantido pela Constituição Federal, matéria insuscetível de ser examinada em recurso especial.

4. Ademais, esta Turma já se manifestou no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) vem sendo paga de forma genérica aos servidores da ativa, devendo ser estendida aos aposentados e pensionistas no mesmo percentual.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 304.959/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/9/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO OBTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM MEDIANTE ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não se conhece da violação ao art. 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

2. o Tribunal de origem, ao concluir pela responsabilidade da concessionária ao pagamento dos danos morais sofridos pelo autor, entendeu que o dano decorreu da demora no restabelecimento da energia. Assim, para alterar tal conclusão, necessário o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.370.724/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 2/10/2013)

Relativamente à prescrição, o Tribunal de origem consignou que (e-STJ, fl. 1.639):

No que concerne à matéria relativa à prescrição, entendo que tal

# *Superior Tribunal de Justiça*

questionamento restou superado através das razões de decidir da MM. Magistrada sentenciante, quando aduziu, às fls. 1.354-v e 1.355: "[...] Não ocorreu a prescrição executória, em razão da prescrição em sede de execução contra a Fazenda Pública ser quinquenal, contando-se o marco inicial a partir do trânsito em julgado da decisão prolatada na fase de conhecimento, o qual se deu em 20 de março de 2003. Ao passo que, os advogados dos embargados requereram em 08 de janeiro de 2007 a intimação da UFPB para pagamento da verba honorária, não decorrendo, portanto, o prazo de cinco anos para início da execução."

Da leitura do acórdão recorrido, deduz-se que a Corte local firmou seu entendimento com base nas provas dos autos, assim, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ.

De outro lado, verifico que a matéria referente aos arts. 202 e 204 do Código Civil e 219 do CPC/1973 não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.

Confira-se, dentre inúmeros, o seguinte precedente:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, COM FUNDAMENTO EM LAUDO PERICIAL, CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. NECESSIDADE DE ANALISAR AS CONDIÇÕES PESSOAIS DA SEGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Agravo em Recurso Especial, interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de ação ajuizada pela ora agravante em face do INSS, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. O Juízo de 1º Grau julgou improcedente o pedido e o Tribunal a quo negou provimento à Apelação da parte autora, com fundamento no laudo pericial.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. Segundo entendimento desta Corte, "não há violação do art. 535, II, do CPC/73 quando a Corte de origem utiliza-se de fundamentação suficiente para dirimir o litígio, ainda que não tenha feito expressa menção a todos os

# Superior Tribunal de Justiça

dispositivos legais suscitados pelas partes" (STJ, REsp 1.512.361/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/09/2017).

V. A necessidade de verificar as condições pessoais da segurada não foi objeto de análise, pela Corte de origem. Logo, não foi cumprido o necessário e indispensável prequestionamento da questão, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos Embargos Declaratórios.

Assim, incide, no caso, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual é "inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

VI. Não configura impropriedade afirmar a falta de prequestionamento da matéria e afastar indicação de afronta ao art. 535 do CPC/73, uma vez que é perfeitamente possível o julgado encontrar-se devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está o magistrado obrigado. Precedentes do STJ.

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.002.789/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 17/6/2019)

Por fim, esta Corte Superior possui entendimento de que o acordo firmado entre as partes, sem a concordância do advogado, não atinge o direito ao recebimento dos honorários advocatícios fixados em sentença judicial transitada em julgado, nos termos dos arts. 23 e 24, § 4º, da Lei n. 8.906/1994.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. CELEBRAÇÃO DE ACORDO SEM ANUÊNCIA DO ADVOGADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. O acordo firmado entre as partes, sem a concordância do advogado, não atinge o direito ao recebimento dos honorários advocatícios fixados em sentença judicial transitada em julgado, nos termos dos arts. 23 e 24, § 4º, da Lei 8.906/94. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 558.741/MG, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 26/2/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTERIORMENTE FIXADOS.  
AUSÊNCIA DO ADVOGADO NA CELEBRAÇÃO DO ACORDO.  
POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.  
ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO  
STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Celebrado acordo entre as partes, sem a participação do advogado, cabível a execução da verba honorária, não atingida pela transação.

Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 704.167/MS, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/10/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator